



## O RURAL COMO OBJETO DE ESTUDO NA ACADEMIA: CAMPO DE ABRANGÊNCIA E SIGNIFICADO ATUAL

### *THE RURAL AS OBJECT OF STUDY IN THE ACADEMY: FIELD OF CURRENT SCOPE AND MEANING*

### *EL RURAL COMO OBJETO DE ESTUDIO EN LA ACADEMIA: CAMPO DE ALCANCE Y SIGNIFICADO ACTUAL*

ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA<sup>1</sup>  
adaaugustaeduc@gmail.com

NATALINA BISSARO SIQUEIRA CHAVES<sup>2</sup>  
natalina.chaves@uol.com.br

#### RESUMO

Trata-se de pesquisa teórico-empírica, quanti-qualitativa, visando à (re) construção do rural como objeto pedagógico e dos elos políticas de educação - processo de reestruturação produtiva. Discute a dimensão planetária da problemática das áreas rurais, considerando as políticas internacionais e perspectivas de desenvolvimento, abordagens econômica, política, social, cultural, antropológica e pedagógica. Apresenta o resultado de levantamento realizado em 2012/2, no GPGFOP/UNIT/CNPq, sobre o contributo acadêmico dos programas de pós-graduação de diversos países, via artigos publicados em periódicos avaliados pela CAPES. Conclui evidenciando a vitalidade e o caráter transdisciplinar da questão, a confluência dos campos científicos e a emergência de novas pesquisas voltadas para o equilíbrio da humanidade e a ecologia sustentada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação rural • Desenvolvimento sustentável • Produção acadêmica.

#### ABSTRACT

This is a theoretical and empirical research, quantitative and qualitative, aiming a construction of rural teaching as an object and links among education policies - restructuring process. It discusses the global nature of the problem of rural areas, considering the political and international development perspectives, approaches, economic, political, social, cultural, anthropological and pedagogical. It presents the results of a survey conducted in 2012/2, in GPGFOP / UNIT / CNPq, on the contribution of the academic programs of post-graduate from various countries via journal articles evaluated by CAPES. It concludes highlighting the vitality and transdisciplinary nature of the issue, the confluence of scientific fields and the emergence of new research for the balance of humanity and sustainable ecology.

**KEY WORDS:** Rural education • Rural development • Rural extension • Sustainable development • Academic production.

<sup>1</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (Portugal, 2012). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisas Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/PPED/Unit/CNPq) e Coordenadora Institucional do Projeto TRANSEJA do Observatório de Educação da Unit/CAPES/INEP. Integrante do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Sergipe (FORPEB) e do Fórum Estadual de Educação de Sergipe, pela ANFOPE. E-mail: [adaaugustaeduc@gmail.com](mailto:adaaugustaeduc@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/PPED/Unit/CNPq) e voluntária do Projeto TRANSEJA do Observatório de Educação da Unit/CAPES/INEP. E-mail: [natalina.chaves@uol.com.br](mailto:natalina.chaves@uol.com.br)



## RESUMEN

Esta pesquisa es teórica y la investigación empírica, cuantitativa y cualitativa, con el fin de (re)construcción de la enseñanza rural como un objeto y las políticas educativas enlaces - proceso de reestructuración. Discute la naturaleza global del problema de las zonas rurales, teniendo en cuenta los puntos de vista políticos e internacionales de desarrollo, enfoques económicos, políticos, sociales, culturales, antropológicos y pedagógicos. Presenta los resultados de una encuesta realizada en 2012/2, en GPGFOP / UNIDAD / CNPq, sobre la contribución de los programas académicos de la post - graduado de diversos países a través de artículos en revistas evaluadas por la CAPES. Concluye destacando la vitalidad y la naturaleza transdisciplinaria del problema, la confluencia de los ámbitos científicos y el surgimiento de una nueva investigación por el resto de la humanidad y la ecología sostenida.

PALABRAS CLAVE: Educación rural, El desarrollo sostenible, La producción académica.

## INTRODUÇÃO

A trajetória teórico-metodológica do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão socioeducacional e Formação de Professores da Universidade Tiradentes (GPGFOP/UNIT/CNPq), na área da formação docente na zona rural, em especial no semiárido, é uma das possíveis respostas à necessidade de aprofundamento da temática nos cursos de formação de professores. Assim, buscamos a (re) construção do rural como objeto pedagógico e dos elos entre as políticas de educação e o processo de reestruturação produtiva, cujo paradigma atual da acumulação flexível acentua a exclusão social, política e econômica.

Esse próprio movimento de mudança paradigmática, que tem suas bases nas inovações científicas e no desenvolvimento tecnológico, está a demandar novas formas de produção de conhecimentos e de gestão que modifiquem as relações de trabalho, gerando um novo perfil de cidadão, independentemente de sua origem social ou espacial, com competências e habilidades calcadas em exigências de um mercado competitivo e globalizado (BEZERRA, 2012).

Considerando o que afirma Magalhães (2010), o rural é hoje um complexo para onde estão focalizados os principais olha-

res da alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental e, também, as perspectivas de uma humanidade mais equilibrada e de uma ecologia sustentada. O rural, assim, estaria no centro das preocupações atuais.

A (re) construção do rural como objeto pedagógico hoje tem como uma das referências a crise ambiental que se vem acentuando na Modernidade, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, quando se instalou no mundo ocidental a industrialização, elucidando a finitude dos sistemas naturais que se impõe ao consumismo e às desigualdades instaladas no planeta, que se acirram por entre as gerações e conduzem, como afirma Portilho (2005), “à reflexão sobre a insustentabilidade ambiental e social” (p.23). Nesse sentido, Leff (2006) corrobora:

A crise ambiental foi o grande desmancha-prazeres na comemoração do triunfo do desenvolvimentismo, expressando uma das falhas mais profundas do modelo civilizatório da modernidade. A economia, a ciência da produção e distribuição, mostrou seu rosto oculto no disfarce de sua racionalidade contra natura. O caráter expansivo e acumulativo do processo econômico suplantou o princípio de escassez que funda a economia, gerando uma escassez absoluta, traduzindo-se em um processo de



degradação global dos recursos naturais e serviços ambientais. [...] (p. 223)

Neste artigo, partimos da dimensão planetária da problemática atual das áreas rurais, discutindo-a, considerando as políticas internacionais e perspectivas de desenvolvimento, com o objetivo de demonstrar que esse tema representa uma preocupação que permanece vigente no âmbito das macro-relações, gerando planos de abordagem nas áreas econômica, política, social, cultural, antropológica e pedagógica.

Apresentamos a seguir, ainda na perspectiva macro, o resultado de levantamento que realizamos no semestre em curso (2012/2), a respeito do contributo acadêmico, em especial dos programas de pós-graduação de diversos países, pela via da publicação de periódicos avaliados por reconhecida base internacional de dados, centrados nas palavras-chave: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, evidenciando a vitalidade e o caráter transdisciplinar da questão, pela confluência de diversos campos científicos.

Durante todo o texto, procuramos confirmar a hipótese de trabalho de que o rural é hoje um complexo para o qual estão focalizados olhares dos diferentes segmentos da sociedade contemporânea, em termos de alternativas ao modelo de desenvolvimento ocidental, bem como de perspectivas de uma humanidade mais equilibrada e de uma ecologia sustentada.

### A DIMENSÃO PLANETÁRIA DA QUESTÃO

840 milhões de pessoas desnutridas; 1 bilhão e meio de pessoas sem acesso à água potável; 2 bilhões de pessoas sem energia

elétrica; 860 milhões de jovens e adultos analfabetos, mais de metade dos quais são mulheres; 130 milhões de crianças fora da escola; 14 milhões de crianças que perderam suas mães ou ambos os pais devido a AIDS. (MONYO e HERNES, 2003), p. 23.)

Início esta seção tomando como epígrafe a descrição do quadro paradoxal, desafiante e complexo, que prevalece nesta sociedade global, em pleno século XXI, quando o crescimento nos rendimentos mundiais é ímpar e o avanço da ciência e tecnologia vem alcançando dimensões antes inimagináveis, desde o século passado. Organismos internacionais, como a Organização do Nações Unidas (ONU) – através da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) – reconhecem que essa realidade afeta aos mais pobres do mundo, localizados nas áreas rurais, essas que representam hoje acima dos 70%, com previsão de que sejam ainda mais de 60% nos países em desenvolvimento em 2025.

Nessa discussão procuramos apresentar uma visão macro das políticas e perspectivas de desenvolvimento, tomando por base o último Relatório publicado pela ONU, em 2003, com alcance planetário – *Education for rural development: towards new policy responses* – coordenado e editado por David Atchoarena, da UNESCO/ Instituto Internacional de Planejamento da Educação Alimentação e Agricultura, e Lavinia Gasperini, da FAO/Departamento de Desenvolvimento Sustentável), com quatrocentas e seis (406) páginas e ISBN de número: 92-803-1220-0. Através dele, poderemos obter respostas para questões, como: Quem são essas pessoas de que falam os autores? Vejamos o que nos indica o Quadro 01.

Evidencia-se que a África, a Ásia, o Pa-

**QUADRO 01****QUEM SÃO OS POBRES?**

Região	Agricultores da Seca	Pequenos agricultores	Pastores	Pescadores artesanais	Trabalhadores assalariados / carentes de terras	Populações indígenas; castas e tribos reconhecidas	Famílias encabeçadas por mulheres	Pessoas deslocadas
AOC	✓			✓	✓	✓		
AOM	✓		✓	✓	✓	✓		
AP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
ALC	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
COAN	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓

FONTE: IFAD, 2001. (ATCHOARENA E SEDEL, 2003), p.44.)

**LEGENDA:**

AOC: África Ocidental e Central

AOM: África Oriental e Meridional

AP: Ásia e o Pacífico

ALC: América Latina e o Caribe

COAN: Oriente Próximo e África do Norte.

cífico, o Oriente Próximo e, especialmente, a América Latina e o Caribe concentram os pobres do mundo, em suas diversas configurações expressas no Quadro 01, indicativas da sua localização em áreas rurais. Considerando que já se encerra o ano de 2012, essa situação traz à tona a indagação, inclusive no âmbito dos próprios organismos internacionais, sobre o cumprimento da agenda da ONU, estabelecida na segunda metade da década de 1990, para o desenvolvimento do milênio, que definia a redução da pobreza e o alcance do desenvolvimento sustentável, pauta que contempla as sete (7) metas de Dakar, enfatizadas pela FAO e pela UNESCO em todo o mundo:

1. Reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza entre 1990 e 2015 (...), e reduzir pela metade a proporção de pessoas que sofrem de fome;
2. Universalizar a educação primária até 2015;
3. Avançar em direção à igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, eliminando as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005;
4. Reduzir em dois terços,

a taxa de mortalidade infantil entre 1990 e 2015; 5. Reduzir em três quartos, as taxas de mortalidade materna, entre 1990 e 2015; 6. Garantir o acesso a todas as pessoas que necessitam dos serviços de saúde reprodutiva em 2015; 7. Implementar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável em 2005 para reverter a perda de recursos ambientais até 2015. (ATCHOARENA E SEDEL, 2003), p. 42)

No Quadro 02, a seguir, o citado Relatório revela as tendências de crescimento da população rural, permitindo constatar que, desde o período entre 1950 e o ano 2000, as regiões menos desenvolvidas vêm apresentando uma taxa de crescimento percentual negativa, estando projetado para o período de 2000 a 2030 o seu crescimento positivo, embora lento em relação à população rural das regiões mais desenvolvidas, que decresce progressivamente, consequência da prioridade que se tem dado à participação da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista, em detrimento do desenvolvimento rural, o que consideramos uma visão enviesada da questão.



Nesse panorama, em que, “Excetuando a África e a Oceania, espera-se um declínio da população rural em todas as áreas entre 2000 e 2030” (ATCHOARENA e SEDEL, 2003, p. 40), fica difícil pensar no desenvolvimento rural integrado e sustentável, assim como na preservação do planeta; com a fuga dessa população, o urbano assume pretensão totalização, perdendo o rural como seu contraponto, indispensável à manutenção da alteridade nas relações de nível micro e nas políticas públicas das quais essa categoria está cada vez mais ausente.

Cabe indagar o que será do urbanismo, se permanece negligente e distante do contexto rural. O mundo industrializado precisa de um contraponto, para não se uniformizar. As políticas públicas precisam recuperar a alteridade. Qual o futuro que tensiona a natureza e o rural?

Diante das questões postas na Introdução deste trabalho e da visão de realidade desenvolvida por Capra (2006), também lá mencionada, parece sombria a perspectiva com o decréscimo progressivo das populações rurais ou mesmo com o seu lento crescimento esperado até 2030. Que será desses emigrantes rurais nas áreas urbanas, se carregam uma história de baixa escolaridade ou analfabetismo, além do despreparo para lidar com as novas formas de trabalho nas cidades? Que será do rural como celeiro ambiental tão enfatizado pela Ecologia, hoje, em especial pela Educação Ambiental nas escolas das cidades? Como ficam a agricultura e os investimentos nessa área, em seu sentido estrito? Fazem sentido as aplicações que se sobressaem na agricultura em seu sentido lato, sem sustentação?

Quem trabalhará no desenvolvimento

#### QUADRO 02

##### TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO RURAL POR REGIÃO E GRUPO DE DESENVOLVIMENTO 1950-2030

REGIÃO	População (milhões)				Taxa de Crescimento (%)	
	1950	1975	2000	2030	1950-2000	2000 - 2030
- América do Norte	62	64	71	61	0,28	-0,49
- América Latina e o Caribe	97	124	127	116	0,55	-0,33
- Oceania	5	6	8	10	0,98	0,61
- Europa	261	221	193	131	-0,60	-1,31
- Ásia	1.155	1.805	2.297	2.271	1,37	-0,04
- África	188	304	498	702	1,94	1,14
Grupo de Desenvolvimento	População (bilhões)				Taxa de Crescimento (%)	
População Rural						
- Mundo	1,77	2,52	3,19	3,29	1,18	0,10
• Regiões mais desenvolvidas	0,37	0,31	0,29	0,21	-0,45	-1,09
• Regiões menos desenvolvidas	1,40	2,21	2,90	3,08	1,46	0,20

FONTE: Secretaria das Nações Unidas, 2002. (ATCHOARENA E SEDEL, 2003), p. 40)



rural sustentável? Que mudanças ocorreram em termos da sua infraestrutura? Os que lá estão, despreparados diante do atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e que sonham passar pela escola para não permanecerem aí? Existe sustentabilidade que garanta a volta dos escolarizados, daqueles que de lá saíram? Que fariam ao retornar, com que preparo chegariam e em que condições encontrariam essas áreas rurais? Atualmente já é muito comum falar-se do regresso ao rural, para além da bicefalia rural e urbano. Alguns jovens já desejam viver no campo e não sabem como. Estão despreparados e convictos de que lá só encontrarão o conservadorismo tradicional.

Esses questionamentos impõem a necessidade de explicitação do sentido das expressões “agricultura”, “áreas rurais” e “desenvolvimento rural”, que estão vindo à tona com frequência. Em meio às controvérsias acadêmicas, pedagógicas, políticas e ideológicas, usamos aqui as definições de Atchoarena e Gasperini (2003), de modo a alcançar os diferentes contextos, nacionais e internacionais, contemplando seu entendimento:

a) Agricultura, compreendida em seu sentido estrito e lato:

uma classe ampla de usos de recursos que inclui todas as formas de uso da terra para a produção de cultivos bióticos - sejam animais ou vegetais. O termo “agricultura” deve ser entendido em sentido amplo, de modo a incluir pesca, produtos marinhos, florestais e produtos florestais primários. (p. 19).

b) Áreas Rurais, como categoria vasta capaz de avançar na superação da dicotomia urbano versus rural:

espaço, onde a ocupação humana e infra-estrutura ocupam apenas uma pequena parte da paisagem; ambiente natural dominado por pastagens, florestas,

montanhas e desertos; assentamentos de baixa densidade (cerca de 5-10.000 pessoas); locais onde a maioria das pessoas trabalham em fazendas; a disponibilidade de terras a um custo relativamente baixo; um lugar onde as atividades são afetadas por um custo de transação elevado, associado à longa distância de cidades e infra-estruturas pobres. (p. 21)

Desenvolvimento Rural entendido como processo que:

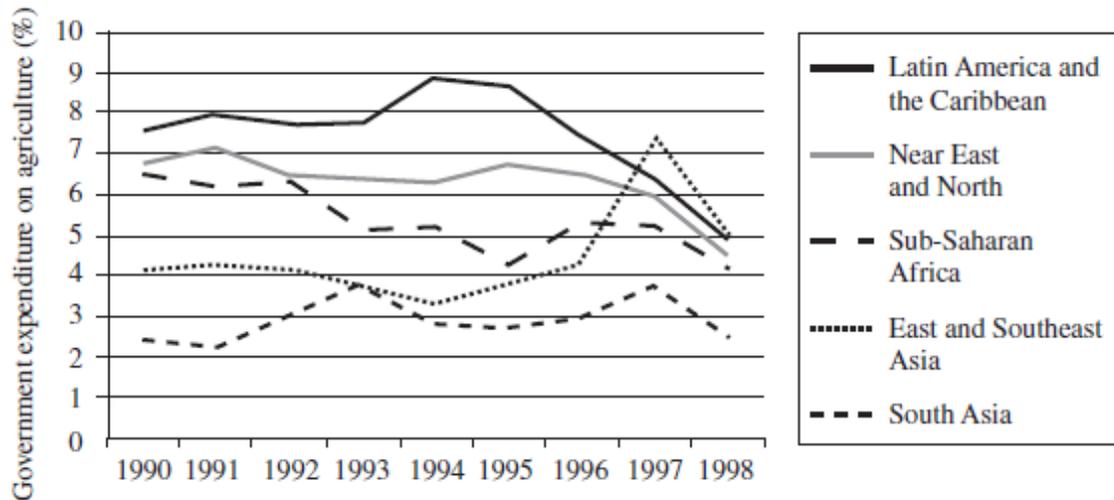
Compreende agricultura, educação, infra-estrutura, saúde, fortalecimento de capacidades em função do emprego não agrícola, as instituições rurais e as necessidades dos grupos vulneráveis. (...) visa melhorar as condições de vida da população rural de forma equitativa e sustentável, tanto do ponto de vista social quanto do meio ambiente, através de melhor acesso aos bens (natural, físico, humano, tecnológico e ao capital social), e serviços; e o controle do capital produtivo (em suas formas financeira e econômica), que lhes permitam melhorar a sua subsistência sobre uma base sustentável e equitativa. (p. 21)

Atchoarena *et al.* (2003) reconhecem o declínio do apoio às áreas rurais, tanto por parte dos governos nacionais quanto dos internacionais provedores de fundos, afirmando que, embora a economia não agrícola rural esteja em desenvolvimento, a agricultura permanece representando o setor econômico rural primário, como principal provedor de empregos rurais e motor-chave da redução da pobreza.

Recorrendo à FAO, demonstram que a despesa pública nacional para a agricultura decresceu durante os anos de 1990, nos países em desenvolvimento, o que foi agravado com o declínio do financiamento externo, conforme representação no Gráfico 01, referente às regiões: América Latina e Caribe; Oriente Próximo e Norte da África; África Subsaariana; Ásia Oriental e Sul da Ásia. A esse respeito elucidam que:



Gráfico 01 – parcela da despesa governamental na agricultura em relação à despesa total – 1990 - 1998



FONTE: FAO, 2002a. (ATCHOARENA *et al.*, 2003), p. 386)

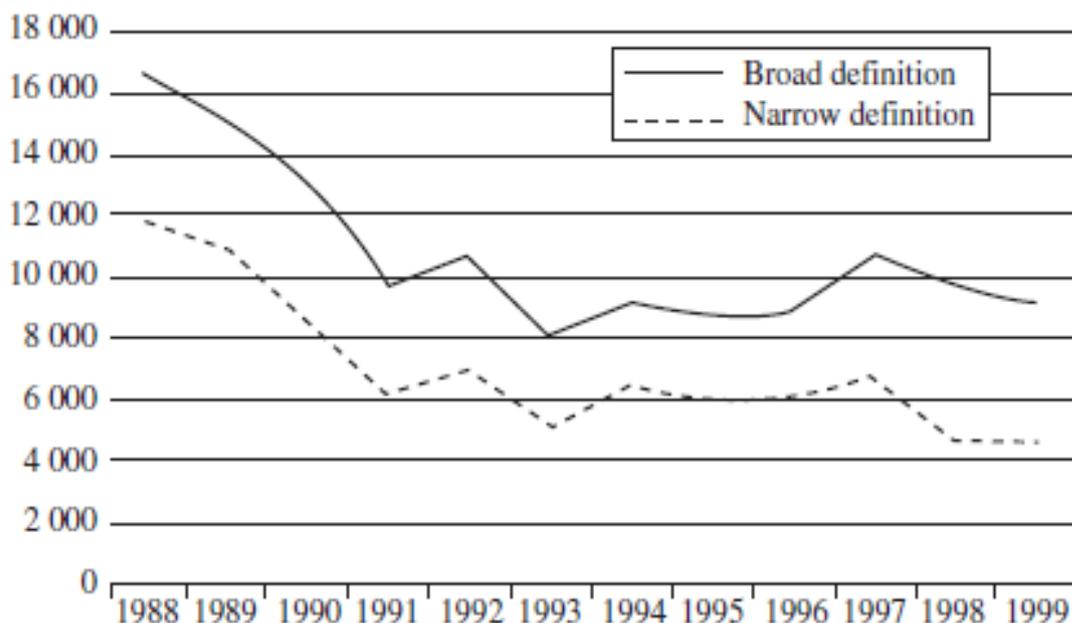
O Banco Mundial reconhece que aloca menos recursos por pessoa pobre ou rural, em países de baixo-rendimento, comparativamente a países de elevado rendimento. Mesmo no interior dos próprios países, as áreas rurais mais complexas têm, habitualmente, menor apoio. Por exemplo, o Banco Mundial indica que, na Índia, o seu nível de intervenção por pessoa pobre, em áreas rurais, é cinco vezes mais elevada nos quatro estados mais ricos, em comparação com os quatro mais pobres. (ATCHOARENA *et al.*, 2003), p. 388)

Em milhões de US\$ referentes a gastos de 1995, Atchoarena *et al.*, (2003) indicam, com o apoio do Gráfico 02, da FAO, a evolução da assistência concessional externa dada à agricultura de 1988 a 1999, revelando a drástica redução da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) nesse período, mormente na concepção restrita da agricultura propriamente dita. Quanto às despesas internas com educação e ajudas externas, declaram que, por deficiências do sistema de informação, fica inviabilizada a identificação das tendências segundo a variável espaço (rural ou urbano), o que dificulta o monitoramento das políticas educacionais.

Nota: A definição restrita de agricultura inclui a produção agrícola e pecuária, terra e água, insumos e serviços agrícolas, pesca e silvicultura. A definição alargada inclui todos os elementos da definição estreita, bem como pesquisa, formação e extensão, manufatura de insumos agrícolas, proteção ambiental, agroindústria, desenvolvimento e infraestrutura rurais, assim como desenvolvimento regional e de bacias hidrográficas.

As novas oportunidades de desenvolvimento rural apontadas nesse Relatório em estudo não prescindem em absoluto da educação, mas não se resumem nela; as soluções, necessariamente, no quadro ora configurado, têm que ser intersetoriais para assegurarem, como ponto de partida, a melhoria das condições de vida nessas áreas. Também não prescindem, como declaram seus autores, da iniciativa articulada em favor de Países Pobres Muito Endividados (PPME), do Banco Mundial e do FMI, mas a redução da pobreza rural hoje clama por novas alianças da sociedade civil e ampla contribuição das comunidades na condução das novas políticas de intervenção nas áreas rurais. Essa é, para nós, a perspectiva de desenvolvimento

**Gráfico 02** – compromissos da assistência oficial para o desenvolvimento (aod) para a agricultura de 1988 a 1999



FONTE: FAO, 2000. (ATCHOARENA *et al.*, 2003), p. 387)

local sustentável. Nesse sentido, afirmam Atchoarena *et al.*, (2003):

(...) o impacto do novo contexto de auxílio, em termos de mobilização, coordenação e alocação, irá depender da economia política doméstica, que afeta as áreas rurais. Irão efetivamente mudar ou manter-se-á o *status quo*? As áreas rurais são frequentemente consideradas como “politicamente marginalizadas”, dado que os pobres rurais apresentam pouca capacidade de influenciar a formulação de políticas e a sua implementação. Tipicamente, a elite urbana, por vezes apoiada por agricultores em melhores condições, controla o poder político e económico para seu próprio benefício. Deste modo, e em certa medida, o impasse no desenvolvimento rural resulta de uma deliberada má alocação de recursos. Este padrão, empiricamente documentado em muitos países subdesenvolvidos e com baixo rendimento, nos quais, apesar de a agricultura contribuir para a maior parte do Produto Interno Bruto (GDP), as áreas rurais apenas recebem uma parcela marginal do investimento público. (p. 390)

Com essa clareza, a educação básica

vai assumindo destaque na discussão dos organismos internacionais sobre a pobreza rural, considerada em seu círculo vicioso (como sua causa e seu efeito, ao mesmo tempo). Nesse âmbito, vem à tona a questão do custo de oportunidade de escolarização, que ainda representa um dos principais obstáculos para as famílias pobres, que não podem abdicar do trabalho e salário dos filhos para a sobrevivência, bem como para fazer frente à Teoria do Capital Humano não confirmada na prática das relações contemporâneas e tão denunciada pelos intelectuais progressistas da economia política. O Relatório em exame descreve em minúcias a realidade da educação rural, o que revela ser ele fruto de exaustiva investigação:

Muitas das crianças e muitos adultos das áreas rurais – a maioria afetada pela pobreza – têm muito limitadas oportunidades de frequentarem a educação básica que os ajude a “libertar-se” do círculo vicioso da pobreza. Muitas das crianças



das áreas rurais nunca frequentam uma escola; muitos dos que se matriculam não concluem o ciclo primário e, mesmo entre aqueles que o completam, muitos saem da escola pouco alfabetizados. Quando as escolas rurais existem em zonas remotas, com frequência necessitam de reparos, estão pobremente equipadas e dispõem de pessoal com formação inadequada e professores mal remunerados. O currículo e, por vezes, a língua da instrução, não são adequados às condições locais. Deste modo, a “aprendizagem escolar” poderá parecer irrelevante para as crianças pobres de meios rurais, em comparação com as suas necessidades básicas imediatas de sobrevivência. Frequentemente, os programas dirigidos a adolescentes e adultos das áreas rurais não estão bem organizados nem adaptados às necessidades locais de aprendizagem, e dependem de pessoal sem formação ou com formação inadequada, e insuficientemente pago. Essa questão é crucial, já que esses programas concentram-se em diferentes grupos em situação de risco. (ATCHOARENA *et al.*, 2003, p. 390-391).

Nessa linha de pensamento, o Relatório configura como precária a educação básica das minorias étnicas rurais, populações remotas e nômades, dos refugiados e pessoas deslocadas internamente (IDP), crianças e adultos com deficiências – cuja transversalidade é muito pouco atendida – e os adultos iletrados ou os dotados de fracas competências de literacia e numeracia, esses como contingente numeroso para a Educação Básica de Adultos (ABE), em geral objeto de programas de organismos não governamentais, com escasso ou omissivo financiamento e controle governamentais.

Diante do exposto, voltamos a esclarecer o sentido de algumas palavras e/ou expressões no contexto estudado, citando Atchoarena e Gasperini (2003):

a) Por Educação básica, o Relatório In-

ternacional em exame refere-se a toda uma gama de atividades educacionais que ocorrem em diferentes contextos e visam a atender às necessidades básicas de aprendizagem, tal como definidas na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Jomtien, Tailândia, 1990). Portanto, compreende tanto a escolarização formal (primária e, às vezes, o primeiro ciclo da secundária), quanto uma grande variedade de atividades educacionais públicas e privadas não formais e informais oferecidas para atender às necessidades básicas de aprendizagem de grupos de pessoas de todas as idades. (p. 19)

b) Educação de Adultos, no sentido da educação continuada ou recorrente: Conjunto de todos os processos educativos organizados, qualquer que seja o seu conteúdo, nível e método, formais ou não formais, independentemente de se prolongarem ou substituírem a formação inicial em escolas, faculdades e universidades, bem como na aprendizagem de um ofício, graças aos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, venham a melhorar suas qualificações técnicas ou profissionais, aperfeiçoar suas habilidades e/ou enriquecer seus conhecimentos, com o objetivo de: completar um nível de educação formal; adquirir conhecimentos e habilidades em um novo campo, e/ou refrescar ou atualizar seus conhecimentos em um campo particular. (p. 19)

c) Pessoa alfabetizada é aquela que “é capaz de ler e escrever, com discernimento, uma frase curta e simples sobre sua vida cotidiana” (p. 21).

d) O estado de Alfabetização Funcional é o de uma pessoa que possui os conhecimentos teóricos e práticos fundamentais que lhe permitem empreender aquelas atividades em que a alfabetização é necessária para sua atuação eficaz em seu grupo e comunidade, um domínio suficiente da leitura, escrita e cálculo para continuar a usar esse conhecimento a serviço de seu próprio desenvolvimento e da comunidade. (p. 20)



- e) Educação formal é aquela provida pelo sistema de escolas, faculdades, universidades e outras instituições educativas formais que normalmente constitui uma “escada” contínua de educação em tempo integral para as crianças e jovens, geralmente começando aos cinco aos sete anos e continuando até 20 ou 25 anos de idade. Em alguns países, as partes superiores dessa “escada” são constituídas por programas organizados de trabalho em tempo parcial em conjunto com o tempo parcial de participação no sistema escolar e universitário regular: esses programas têm vindo a ser conhecidos como “sistema dual” ou termos equivalentes nos respectivos países (p. 21).
- f) Educação não formal é qualquer atividade educativa organizada e sustentada que não corresponde exatamente à definição de “educação formal” dada acima. Portanto, a educação não formal pode ocorrer dentro e fora das instituições de ensino, e atender a pessoas de todas as idades. Dependendo do contexto do país, pode incluir programas de alfabetização de adultos, educação básica para crianças não escolarizadas, habilidades para a vida, habilidades para o trabalho e cultura geral. Os programas de educação não formal não seguem, necessariamente, o sistema de “escada” e podem ter duração variável. (p. 21)
- g) Já a expressão Aprendizagem Informal designa uma forma de aprendizagem não estruturada ou organizada por qualquer instituição; ocorre por meio de interações diárias com o contexto, que oferece novas informações e conhecimentos, por exemplo através da conversação, da leitura, rádio ou televisão. (p.21)

A opção do Relatório em estudo quanto à Educação Rural, conforme explicitam Lakin e Gasperini (2003), não incide na oposição à educação urbana em termos de qualidade, sendo também distinta do ensino agrícola que, necessariamente prepara alunos para o trabalho no setor

agrícola. Assim, a expressão adotada é “Educação para o Desenvolvimento Rural”, no sentido do aprendizado básico como processo pró-ativo e positivo de mudança e desenvolvimento das comunidades rurais no contexto local e global, a partir das necessidades de crianças, jovens e adultos, comprometido com a redução da pobreza nessas áreas,

o que implica que a função ou o propósito da educação nas áreas rurais é ou deveria ser a de contribuir para o desenvolvimento e bem-estar rural, incluindo saúde, alimentação, segurança, emprego, protecção ambiental e gestão de recursos naturais. (p. 79).

Outras recomendações constam nesse documento analisado, como o desenvolvimento de competências e de mercados laborais rurais, considerando que a agricultura não é a única fonte de trabalho e que em economias rurais mais dinâmicas o emprego rural não agrícola tende a florescer, embora igualmente seja enfatizada a educação superior agrícola, que tem estado sucateada e requer ampla revisão, tanto em termos das condições de ensino quanto à proposta curricular.

O Relatório ainda avança no sentido de indicar encaminhamentos políticos nos termos de Atchoarena *et al.* (2003), como: concentração ou foco na política, com ampla participação e controle das comunidades locais na busca de respostas multissetoriais, esclarecendo que respostas puramente educacionais tendem a fracassar a médio ou longo prazo; educação básica em áreas rurais no contexto de políticas dirigidas e integradas, na perspectiva da educação como direito humano, especialmente das crianças, com destaque ao alcance dessas políticas e à vontade política de governantes e comunidade; estratégias de desenvolvimento de capacidades,



considerada a relação trabalho-educação na perspectiva não limitada à agricultura, considerada a heterogeneidade econômica das áreas rurais. Essas implicações alcançam também a educação superior, em especial nas instituições de Ensino Superior Agrícola (ESA), que devem nos currículos ir além da agricultura para alcançar o desenvolvimento rural, bem como a implicação na melhoria do apoio dos provedores de fundos, no sentido de uma assistência mais concentrada na educação, orientada para a agricultura, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

### O CONTRIBUTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ainda para demonstrar a polissemia do rural, bem como para elucidar a necessidade de avanços científicos, inclusive pedagógicos e, ao mesmo tempo, a atualidade e o caráter transversal da temática, apresentamos levantamento recente (outubro/2012), que desenvolvemos com o apoio do GPGFOP/PPED/UNIT/CNPq (Ser-gipe, Brasil), junto a conceituadas Bases de Dados Internacionais, no que se refere à preocupação dos programas de pós-graduação nessa área, manifesta nas publicações científicas, cujos resultados confirmam a relevância do rural como objeto de estudo e nos desafiam a prosseguir.

Evidente é a necessidade de avançar no rigor científico em relação à construção desse objeto de estudo, cuja literatura atual, por vezes, enreda-se nas malhas ideológicas e da militância, sob rótulos como educação do campo, educação no campo, convivência com o semiárido e outros matizes, inclusive, gerando dúvidas de cientificidade na academia brasileira e portuguesa, além do reforço da exclusão

do rural, em seu sentido mais amplo. Entendemos que o caminho da superação dessa ambivalência reside na história, em sua dialética passado-presente-futuro.

Nesse sentido, a Tabela 01, elaborada com base no aplicativo (WEB QUALIS CAPES, 2012)<sup>3</sup>, evidencia que o total físico de periódicos centrados nas palavras-chave: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, perfaz trinta (30), embora a mesma revista possa representar diferentes áreas ou subáreas da avaliação<sup>4</sup>, por conter também artigos nela gerados, bem como merecer estrato diferenciado na avaliação, conforme critérios adotados em cada área na CAPES. Essas grandes áreas com respectivas (sub) áreas de avaliação são: 1. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA<sup>5</sup> 2. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS<sup>6</sup> 3. ENGENHARIAS<sup>7</sup> 4. CIÊNCIAS DA SAÚDE<sup>8</sup> 5. CIÊNCIAS AGRÁRIAS<sup>9</sup>; 6. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS<sup>10</sup> 7. CIÊNCIAS HUMANAS<sup>11</sup> 8. LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES<sup>12</sup>; 9. MULTIDISCIPLINAR<sup>13</sup>.

A análise dessa tabela revela que cada periódico é trabalhado, em média, por cinco (5) subáreas do conhecimento consideradas pela CAPES no seu processo de avaliação, de modo que, quando contabilizados por "grande área de conhecimento" e por "área ou subárea de avaliação" adotadas pela CAPES, os trinta (30) periódicos centrados nas palavras-chave educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, aparecem trabalhados por 8 das 9 grandes áreas de classificação da CAPES, à exceção da grande área de Linguística, Letras e Artes. Esse fato evidencia o caráter transdisciplinar e a atualidade dessa temática.



**TABELA 01** – periódicos dos programas de pós-graduação extraídos do web qualis capes a partir das palavras-chave: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia 2012

Nº ORDEM	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO	CONCEITO	(SUB) ÁREA DE CONHECIMENTO (ÁREA DE AVALIAÇÃO)
01	1519-1060	Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Revista Trimestral publicada pela Emater/RS, Brasil)	B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			C	DIREITO
02	1980-0223	Cadernos de Ecologia Aquática (Universidade Federal do Rio Grande, FURG, RS, Brasil)	B5	GEOCIÊNCIAS
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
03	1809-6271	Campo – Território: Revista de Geografia Agrária (Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil)	B1	GEOGRAFIA
			B2	INTERDISCIPLINAR
			B2	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
			B2	SOCIOLOGIA
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	MEDICINA VETERINÁRIA
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
04	1519-5538	Campos - Revista de Antropologia Social (Universidade Federal do Paraná, Brasil)	B2	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
			B2	HISTÓRIA
			B2	INTERDISCIPLINAR
			B4	SOCIOLOGIA
			B5	SAÚDE COLETIVA
05	1517-9249	Cerrados: Revista de Ciências Agrárias (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil)	B5	INTERDISCIPLINAR
06	1676-661X	Conflitos no Campo, Brasil (Catholic Church. Comissão Pastoral da Terra – Brasil- Goiânia, Brasil)	B1	GEOGRAFIA
07	1726-2216	Ecologia Aplicada (Universidad Nacional Agraria La Molina, Lima, Peru)	B4	INTERDISCIPLINAR
			B5	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
			B5	BIODIVERSIDADE
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
08	1667-782X	Ecología Austral - En línea ( <b>Asociación Argentina de Ecología, Buenos Aires, Argentina</b> )	B2	BIODIVERSIDADE
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
09	1605-2528	Ecología en Bolivia (Instituto de Ecología UMSA, La Paz, Bolívia)	B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
10	1130-6378	Ecología Política: cuadernos de debate internacional (ICARIA Organization, Barcelona, Espanha)	C	DIREITO
			C	SAÚDE COLETIVA
11	1415-6938	Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde - Impresso (Campo Grande. Universidade Anhanguera, UNIDERP, MS, Brasil)	B2	HISTÓRIA
			C	SOCIOLOGIA
			B4	INTERDISCIPLINAR
			B5	BIODIVERSIDADE
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	MEDICINA VETERINÁRIA
			B5	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS
			C	BIOTECNOLOGIA

FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborada a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.



Nº ORDEM	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO	CONCEITO	(SUB) ÁREA DE CONHECIMENTO (ÁREA DE AVALIAÇÃO)
12	1132-9157	Enseñanza de las Ciencias de la Tierra: Revista de la Asociación Española para la Enseñanza de las Ciencias de la Tierra (AEPECT, Madrid, Espanha)	B3	EDUCAÇÃO
13	1807-2429	Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável (EMATER/RS – ASCAR. – Porto Alegre, RS, Brasil)	B5	INTERDISCIPLINAR
			C	SOCIOLOGIA
14	1729-7419	LEISA Revista de Agroecología (ETC, Andes, La Asociación Ecología Tecnología y Cultura en los Andes, Lima, Peru)	B5	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			C	SOCIOLOGIA
15	0029-8549	Oecologia (International Association for Ecology – Intecol- Berlim, Alemanha)	A1	BIODIVERSIDADE
			A1	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			A1	GEOCIÊNCIAS
			A1	INTERDISCIPLINAR
			A1	MEDICINA VETERINÁRIA
			A2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
16	2177-6199	Oecologia Australis (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)	B2	BIODIVERSIDADE
			B3	SAÚDE COLETIVA
			B5	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
			B5	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III
17	1980-6442	Oecologia Brasiliensis – Impresso (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Ilha do Fundão, Brasil)	B3	BIODIVERSIDADE
			B4	ENGENHARIAS II
			B4	GEOCIÊNCIAS
			B4	INTERDISCIPLINAR
			B4	SAÚDE COLETIVA
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
			B5	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III
			B5	ENGENHARIAS I
			B5	MEDICINA II
			B5	PSICOLOGIA
			C	BIOTECNOLOGIA
			C	CIÊNCIA DE ALIMENTOS
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II
			C	EDUCAÇÃO
			C	FILOSOFIA
C	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS			
18	1981-9366	Oecologia Brasiliensis – Online (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Ilha do Fundão, Brasil)	B3	BIODIVERSIDADE
			B4	ENGENHARIAS III
			B4	INTERDISCIPLINAR
			B4	SAÚDE COLETIVA
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			C	BIOTECNOLOGIA
C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I			

FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborada a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.



Nº ORDEM	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO	CONCEITO	(SUB) ÁREA DE CONHECIMENTO (ÁREA DE AVALIAÇÃO)
19	1982-5501	Perspectivas Online (Institutos Superiores de Ensino do CENSA, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil)	B5	BIODIVERSIDADE
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	ENGENHARIAS III
			C	BIOTECNOLOGIA
			C	INTERDISCIPLINAR
			C	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
			C	SAÚDE COLETIVA
20	1677-8391	Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável (PESAGRO, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, Niteroi, RJ, Brasil)	B4	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
21	1813-4378	Pontes Entre o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável – Impresso (Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável – ICTSD - e Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas – DireitoGV -, Brasil)	B4	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
			C	DIREITO
			C	INTERDISCIPLINAR
22	1980-9735	Revista Brasileira de Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, Porto Alegre, RS, Brasil)	B2	GEOGRAFIA
			B3	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
			B3	BIODIVERSIDADE
			B3	DIREITO
			B3	ECONOMIA
			B3	EDUCAÇÃO
			B3	ENGENHARIAS I
			B3	INTERDISCIPLINAR
			B3	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
			B4	GEOCIÊNCIAS
			B4	SOCIOLOGIA
			B5	BIOTECNOLOGIA
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	MEDICINA VETERINÁRIA
C	CIÊNCIA DE ALIMENTOS			
C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I			
C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III			
C	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS			
23	2176-1191	Revista Campo & Negócios HF. Agrocomunicação. (Uberlândia, MG, Brasil)	B4	ENGENHARIAS II
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			C	EDUCAÇÃO
24	0120-0976	Revista Interamericana de Bibliotecología (Escuela Interamericana de Bibliotecología – Universidad de Antioquia, Medellín – Colombia)	B1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I
			B3	EDUCAÇÃO
			B4	SOCIOLOGIA
25	1517-4948	Revista Plurais: Revista Portuguesa de Ciência das Religiões (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, Paraná - Brasil)	B5	BIODIVERSIDADE
			B5	GEOCIÊNCIAS

FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborada a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.



Nº ORDEM	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO	CONCEITO	(SUB) ÁREA DE CONHECIMENTO (ÁREA DE AVALIAÇÃO)
26	1981-8203	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Grupo Verde de Agricultura Alternativa - GVAA e o Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas – GVAA, Campina Grande, PB, Brasil)	B4	ENGENHARIAS I
			B4	ODONTOLOGIA
			B4	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
			B5	BIODIVERSIDADE
			B5	CIÊNCIA DE ALIMENTOS
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	GEOCIÊNCIAS
			B5	MEDICINA II
			B5	MEDICINA VETERINÁRIA
			C	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
27	1980-0002	SaBios: Revista de Saúde e Biologia Online (Faculdade Integrado de Campo Mourão, Paraná, Brasil)	B5	BIODIVERSIDADE
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B5	GEOCIÊNCIAS
			B5	INTERDISCIPLINAR
			B5	SAÚDE COLETIVA
28	1981-1551	Sociedade e Desenvolvimento Rural (Instituto de Estudos Agrários e Combate à Pobreza – INAGRO, Brasília, DF – Brasil)	B4	ECONOMIA
			B4	EDUCAÇÃO
			B4	INTERDISCIPLINARIDADE
			B4	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/ DEMOGRAFIA
			B4	SOCIOLOGIA
			B5	CIÊNCIAS AGRÁRIAS
			B5	BIODIVERSIDADE
29	1982-9388	Tecnologia & Desenvolvimento Sustentável (CEFET, RN, Brasil)	B5	ENGENHARIAS III
			C	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I
			B4	INTERDISCIPLINAR
30	1415-2843	Vértices (Instituto Federal Fluminense - IFF Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil)	B5	BIODIVERSIDADE
			B5	ENGENHARIAS I
			B5	ENGENHARIAS III
			B5	FILOSOFIA
			C	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
			B4	INTERDISCIPLINAR

FONTE: BEZERRA & CHAVES (2012). ELABORADA A PARTIR DO WEB QUALIS CAPES EM 10/2012.

Na Tabela 02, a seguir, resumimos essa pluralidade, destacando as Grandes Áreas de Conhecimento e as Áreas/Subáreas de Avaliação da CAPES contempladas na Tabela 01.

Podemos perceber que a temática está preocupando atualmente as grandes áreas de conhecimento, com maior incidência em três (3) delas, que destacamos em ordem decrescente: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, respectivamente, envolvendo quatorze (14)

subáreas: Ciências Agrárias, Ciência de Alimentos, Medicina Veterinária, Zootecnia e Recursos Pesqueiros; Biodiversidade, Ciências Biológicas; Antropologia/Arqueologia, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas e Relações Internacionais.

Também concentram esses periódicos selecionados as demais Grandes Áreas de Conhecimento, aqui citadas em ordem decrescente, com as respectivas subáreas de avaliação: Multidisciplinar (Biotecnologia



**TABELA 02** – periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, por área de conhecimento 2012

GRANDE ÁREA	ÁREA DE AVALIAÇÃO	Nº PERIÓDICOS
1. Ciências Agrárias	Ciências Agrárias I	17
	Ciência de Alimentos	03
	Medicina Veterinária	05
	Zootecnia e Recursos Pesqueiros	05
2. Ciências Biológicas	Biodiversidade	14
	Ciências Biológicas I, II e III	13
3. Ciências da Saúde	Medicina II	02
	Odontologia	01
	Saúde Coletiva	07
4. Ciências Exatas e da Terra	Geociências	07
5. Ciências Humanas	Antropologia/Arqueologia	01
	Educação	06
	Filosofia	04
	Geografia	03
	História	02
	Psicologia	01
	Sociologia	08
	Ciência Política e Relações Internacionais	01
6. Ciências Sociais Aplicadas	Administração/Ciências Contábeis e Turismo	04
	Direito	04
	Economia	02
	Planejamento Urbano e Regional/Demografia	05
7. Engenharias	Engenharias I, II, III	10
8. Multidisciplinar	Biotechnology	05
	Interdisciplinar	15

FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborada a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.

e Interdisciplinar), Ciências Sociais Aplicadas (Administração/Ciências Contábeis e Turismo, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia); Ciências da Saúde (Medicina, Odontologia e Saúde Coletiva); Engenharias; Ciências Exatas e da Terra (Geociências).

Essa realidade pode ser melhor visualizada no Gráfico 03.

Podemos afirmar que cientistas de várias partes do mundo estão voltados para as áreas rurais. Ainda a Tabela 01 traz à tona a contribuição de oito (8) países através da publicação de periódicos: Alemanha, Argentina, Bo-



lívica, Brasil, Colômbia, Espanha, Peru e Suíça, assim como a participação de Universidades, Centros Tecnológicos, Associações e Empresas de Desenvolvimento, na proporção demonstrada pelos Gráficos 04 e 05 que seguem.

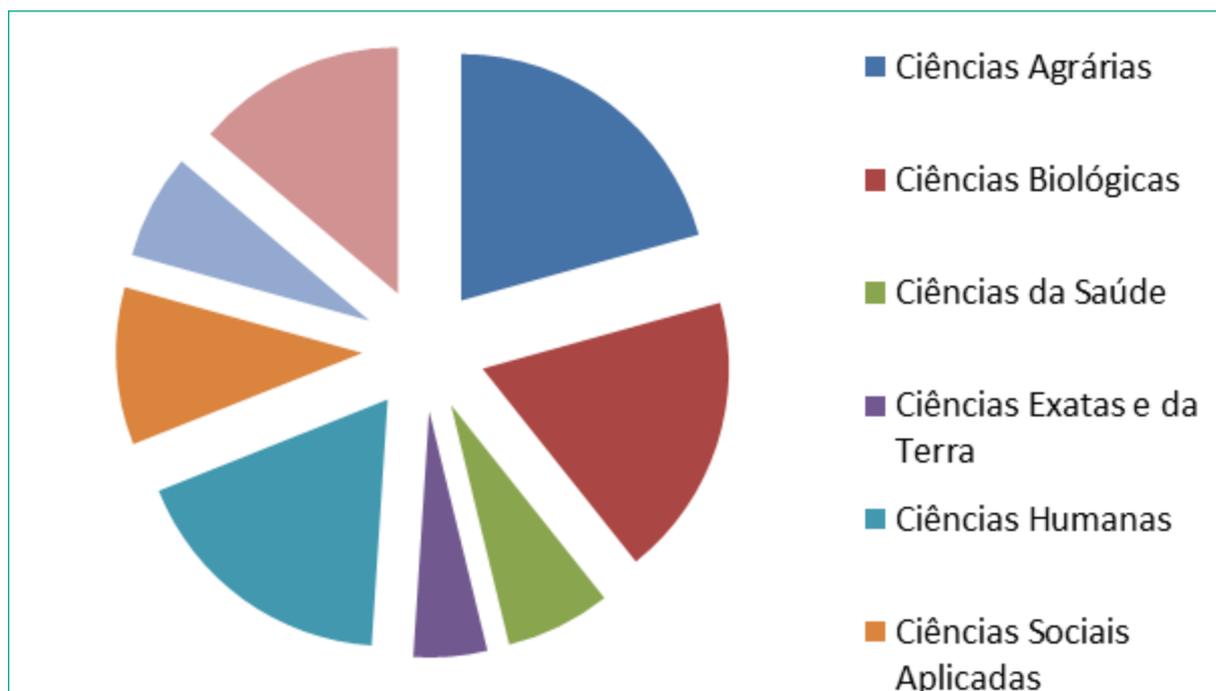
Considerando que o Brasil concentra a maior fatia dessas publicações, segue no Gráfico 06 o detalhamento por Estado, em que se sobressaem: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, das regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, contando também com a representação de dois (2) estados do Nordeste.

Desse modo, acreditamos que, além da relevância da temática, está latente nesses resultados a perspectiva plural necessária ao encontro de alternativas contemporâneas para a construção/desenvolvimento

do rural como objeto pedagógico e ações conjugadas que, para serem viabilizadas, carecem de vontade política e explícitas estratégias públicas dos governos em suas diferentes esferas.

Quanto à qualidade científica dessas produções, verificamos na Tabela 01 que os periódicos em análise obtiveram, inclusive, Conceito A, em 4,1% (5 – A1; 1 A2, pelo mesmo periódico alimentado por 6 diferentes subáreas). Cento e três conceitos B foram aferidos, em 71,8% (3- B1; 10 – B2; 13 B3; 25/B4; 53 – B5) e trinta e cinco conceitos C, o que representa 24,1%, de acordo com a Tabela de Avaliação da CAPES, o que demonstra a necessidade de avanços através de estudos e pesquisas dessa natureza e do desvencilhamento das armadilhas ideológicas. É o que passamos a visualizar através do Gráfico 07:

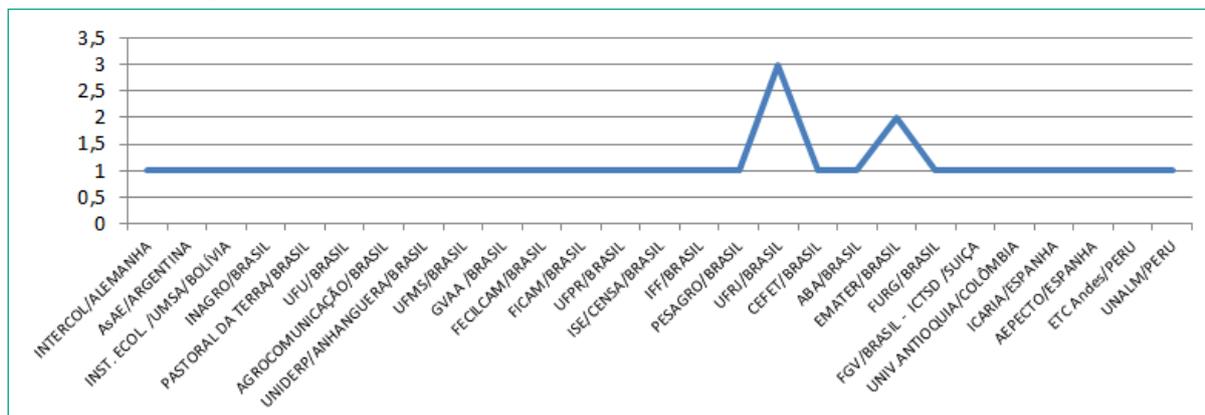
**Gráfico 03 – periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, segundo as grandes áreas de conhecimento 2012**



FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborado a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.



**Gráfico 04** – Instituições/países responsáveis pelos periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia – 2012



FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborado a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.

LEGENDAS:

ABA/BRASIL – Associação Brasileira de Agroecologia

AEPECTO//ESPANHA - Asociación Española Para la Enseñanza de las Ciencias de la Tierra

AGROCOMUNICAÇÃO/BRASIL – Agro Comunicação Ltda. Uberlândia

AsAE/ARGENTINA - **Asociación Argentina de Ecología, Buenos Aires**

CEFET/BRASIL – Centro Federal de Educação Tecnológica, Natal

EMATER/BRASIL . Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETC Andes/PERU - Asociación Ecología Tecnología y Cultura en los Andes

FECILCAM/BRASIL - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

FGV/BRASIL - ICTSD /SUIÇA – Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas/

FICAM/BRASIL - Faculdade Integrado de Campo Mourão

FURG/BRASIL Universidade Federal do Rio Grande

GVAA /BRASIL - Grupo Verde de Agricultura Alternativa; Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas, Campina Grande,

INAGRO/BRASIL - Instituto de Estudos Agrários e Combate à Pobreza – INAGRO, Brasília

ICARIA/ESPANHA – *Icaria Organization* Iniciatives Socials - *Barcelona*

IFF/BRASIL – Instituto Federal Fluminense

INST. ECOL. /UMSA/BOLÍVIA - Instituto de Ecología de la Universidad del Museo Social Argentino, La Paz

INTERCOL/ALEMANHA - International Association for Ecology – Intecol- Berlim

ISE/CENSA/BRASIL – Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional N. Sr<sup>a</sup>. Auxiliadora, Campos dos Goytacazes

PASTORAL DA TERRA/BRASIL - Catholic Church. Comissão Pastoral da Terra – Goiânia

PESAGRO/BRASIL - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro.

UFMS/BRASIL – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFPR/BRASIL – Universidade Federal do Paraná

UFRJ/BRASIL – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFU/BRASIL – Universidade Federal de Uberlândia

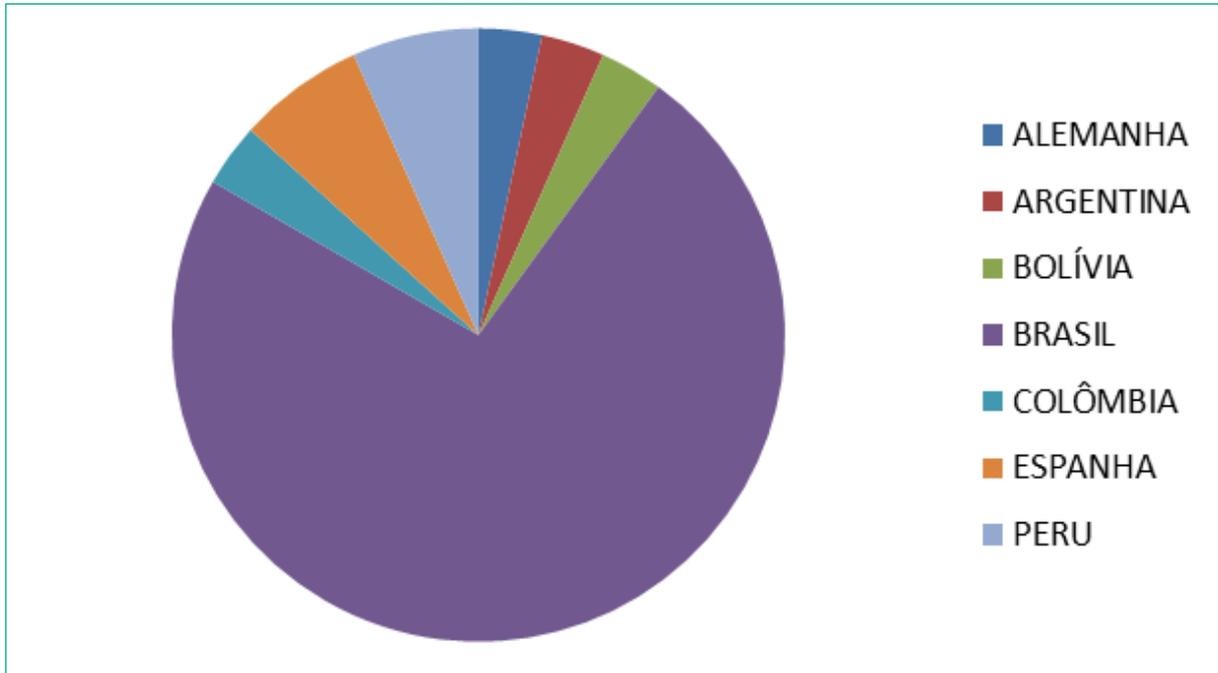
UNALM/PERU - Universidad Nacional Agraria La Molina, Lima

UNIDERP/ANHANGUERA/BRASIL - Universidade Anhanguera - UNIDERP

UNIV. DE ANTIOQUIA/COLÔMBIA - Escuela Interamericana de Bibliotecología – Universidad de Antioquia, Medellín.

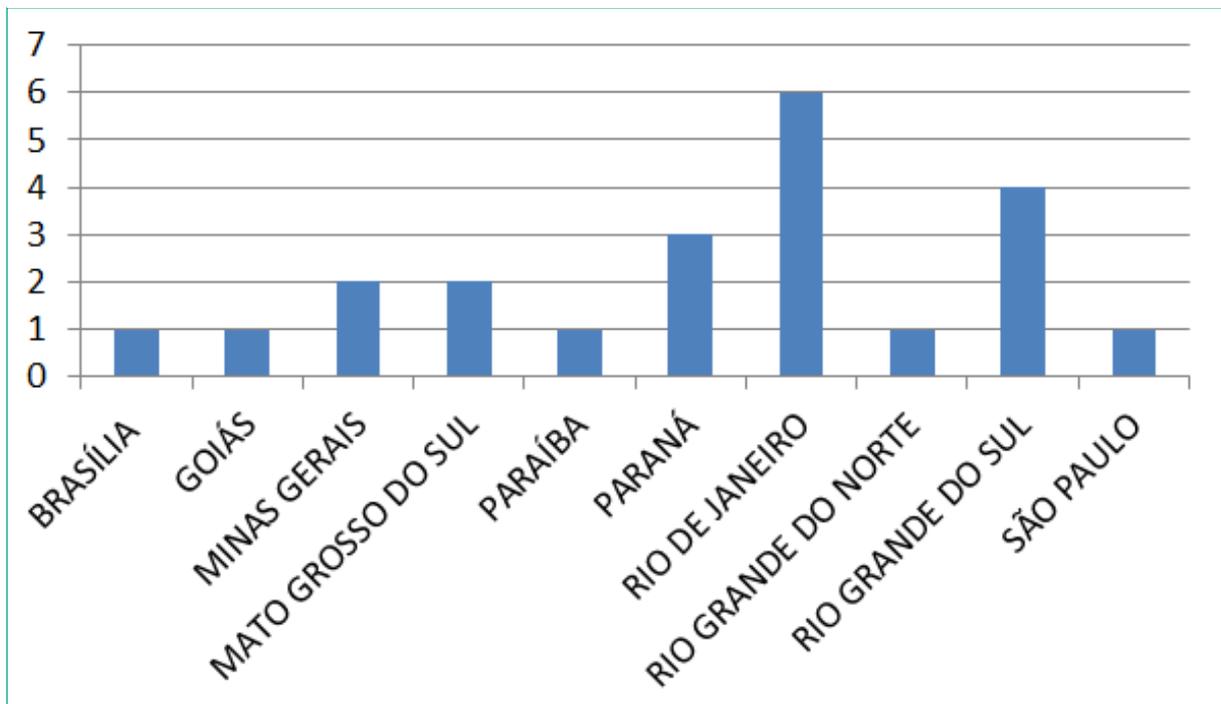


**Gráfico 05** – periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, segundo os países de origem – 2012



FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborado a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.

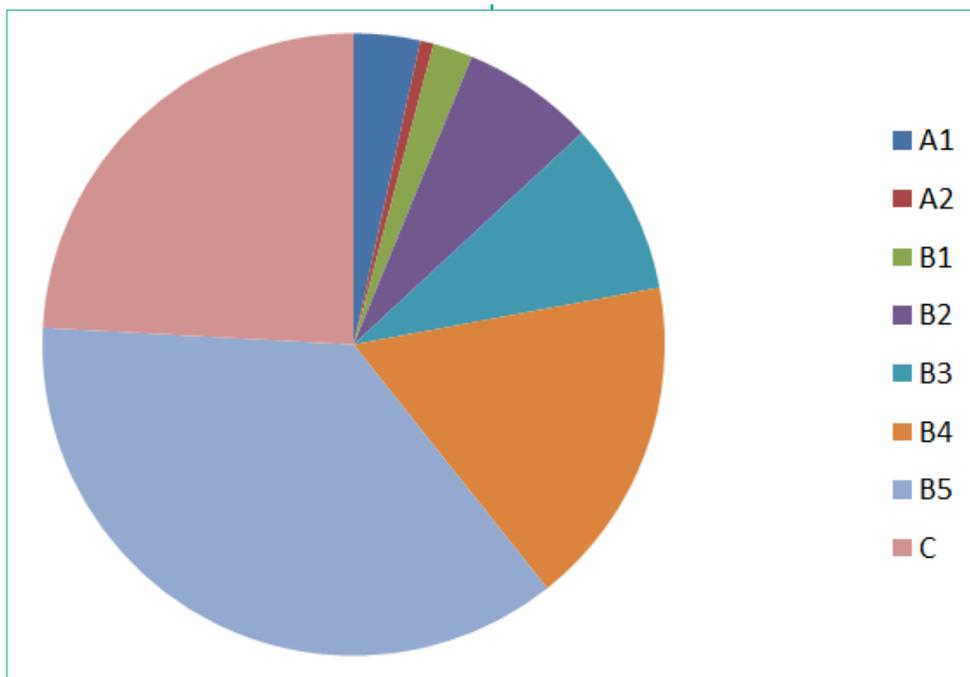
**Gráfico 06** – participação dos estados brasileiros na produção de periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia - 2012



FONTE: Bezerra & Chaves (2012). Elaborado a partir do WEB QUALIS CAPES em 10/2012.

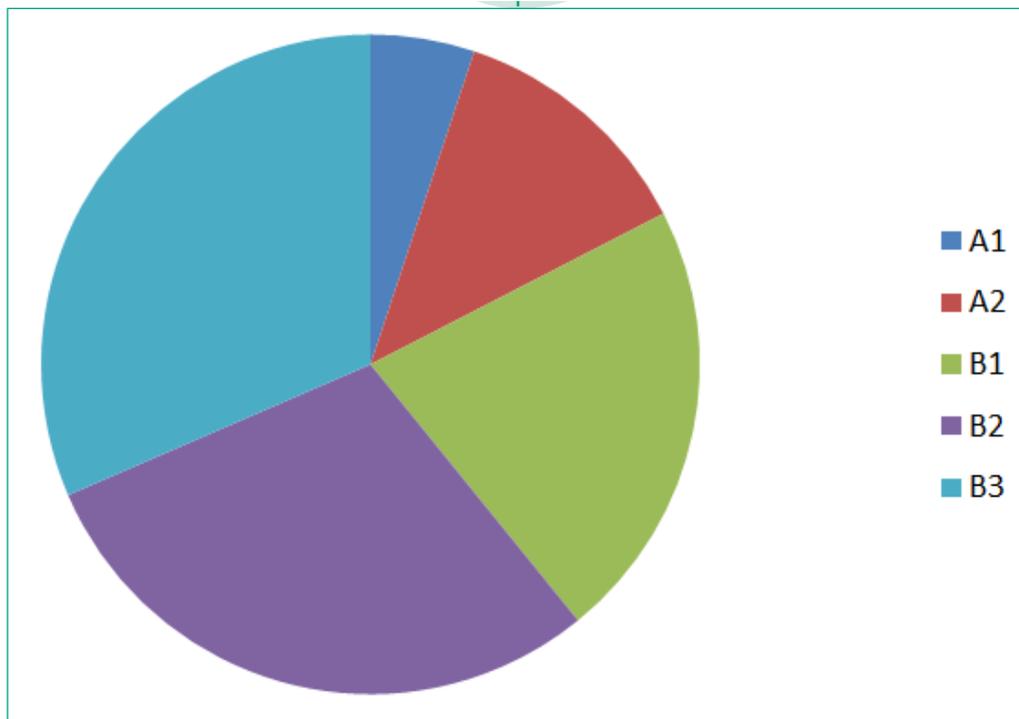


**Gráfico 07** – Periódicos dos programas de pós-graduação centrados em: educação rural, desenvolvimento rural, extensão rural, desenvolvimento sustentável, campo e ecologia, segundo os conceitos obtidos no web qualis capes – 2012



Fonte: bezerra & chaves (2012). Elaborada a partir do web qualis capes em 10/2012.

**Gráfico 08** – Periódicos dos programas de pós-graduação em educação que contemplam esporadicamente a questão do rural, dentre outros temas, segundo os conceitos obtidos no web qualis capes de a1 a B3 - 2012



FONTE: Bezerra, A. A. C. (2012) Elaborada a partir do WEB QUALIS CAPES e Home Page dos Periódicos seleccionados, em 10/2012.



Está em andamento no GPGFOP/UNIT/CNPq uma análise, objeto de futura publicação, que apresenta uma visão geral dessas produções acadêmicas, de modo a procurar informar sobre o grau de articulação e/ou fragmentação entre os campos ou grandes áreas do conhecimento, através da tentativa de entrecruzamento dos temas trabalhados nas quatro (4) revistas mais bem avaliadas pela CAPES, dentre as que foram obtidas na Web Qualis, mediante as palavras-chave do estudo (Tabela 01):

- “Oecologia ” - da International Association for Ecology – Intecol- Berlim, Alemanha, estratificada com cinco conceitos A1 e um conceito A2, contemplando as subáreas Biodiversidade, Ciências Agrárias I, Geociências, Interdisciplinar, Medicina Veterinária e Ciências Biológicas I;
- “Enseñanza de las Ciencias de la Tierra” - Revista de la Asociación Española para la Enseñanza de las Ciencias de la Tierra - AEPECT, Madrid, Espanha, com conceito B3 na subárea de Educação;
- “Revista Brasileira de Agroecologia” - da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, Porto Alegre, RS, Brasil, estratificada pelo Web Qualis com um conceito B2, oito conceitos B3, dois B4, três B5 e quatro C, em diferentes subáreas: Geografia, Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Biodiversidade, Direito, Economia, Educação, Engenharias I, Interdisciplinar, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Geociências, Sociologia, Biotecnologia, Ciências Agrárias I, Medicina Veterinária, Ciência de Alimentos, Ciências Biológicas I, Ciências Biológicas

III, Zootecnia/Recursos Pesqueiros;

- - “Revista Interamericana de Bibliotecología” - da Escuela Interamericana de Bibliotecología – Universidade de Antioquia, Medellín – Colômbia, com um conceito B1, um B3 e um B4, alcançando as subáreas de avaliação da CAPES: Ciências Sociais Aplicadas I, Educação e Sociologia.

Pelo fato de os periódicos da subárea de Educação representarem nesse universo apenas 3,5% das publicações cujos títulos estão afetos diretamente às palavras-chave aqui indicadas, o que poderia estar a indicar a não prioridade da questão do rural, fizemos um outro levantamento específico na mesma Base de Dados: WEB QUALIS CAPES, agora consultando também a Internet sobre a possibilidades dessas publicações contemplarem a temática, embora esporadicamente, considerados os periódicos dos estratos de A a B3. Também se encontra em curso no GPGFOP/UNIT/CNPq estudo semelhante junto aos demais (1.132) periódicos de educação que obtiveram conceitos B4 (356), B5 (381) e C (395), via consulta às respectivas home pages.

Nesse universo da subárea de Educação (periódicos contemplados com conceitos A1, A2, B1, B2 e B3, no Web Qualis CAPES) identificamos 235 periódicos que publicam esporadicamente artigos sobre a problemática, o que já expressa uma vantagem superior a 783,3% àqueles que constam da Tabela 01. Trata-se de realidade indicativa, por um lado, do interesse da subárea pela temática mas, por outro lado, da fragmentação, da necessidade de consolidação de uma política editorial e a consequente fragilidade de qualidade dos periódicos. O Gráfico 08 elucida essa situação em que apenas 3% dos 235 alcançaram



Conceito A (12 A1; 29 A2), e 68,1% Conceito B (51 B1; 69 B2; 74 B3).

Evidenciamos aqui sinais concretos da retomada da preocupação com a educação em áreas rurais que, com articulação e rigor, avançarão na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade ou mesmo da transdisciplinaridade – esta entendida nos termos da Carta de Transdisciplinaridade elaborada no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 de novembro de 1994, cujo Comitê de Redação é formado por Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu, para dar conta da perspectiva ampla de sustentabilidade do planeta. Trata-se de uma questão que demanda conhecimento, compromisso e vontade política (FREITAS *et al.*, 1994).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

os resultados obtidos com essa modesta pesquisa teórico-empírica propõem-se a contribuir para elucidação científica dos conceitos de educação em áreas rurais e de sua pertinência nos currículos de formação de professores, num contexto de urbanização da população, tendo em vista que o atual modelo de desenvolvimento não apoia, realmente, o pequeno produtor rural em sua localidade, levando-o a deslocar-se para a cidade em busca de oportunidades, o que acaba por aumentar o número de desempregados com suas consequências, em um ciclo contínuo e vicioso. É nesse quadro que buscamos reconstruir o rural como objeto pedagógico e situar a formação e atuação de professores e demais agentes de seu desenvolvimento.

Pela dialética macro e microestrutural, procuramos situar o rural hoje, com seu campo de abrangência e significado atual, mediante revisão bibliográfica pluridisciplinar e atualização de debates, políticas e perspectivas de desenvolvimento. Assim, confirmamos a hipótese de que o rural é um tema que continua atual e para o qual confluem diversos campos científicos e diversos planos de abordagem: econômico, político, social, cultural, antropológico, pedagógico. A clareza desse presente é que definirá o futuro do rural, segundo essa análise. Nesse sentido recolocamos a questão de partida deste estudo: indagação: Que futuro há para o rural? A concepção prosaica de campo como *locus* do atraso, dos jecas tatus, pobreza, espaço territorial inferior e desprovido da modernidade em contraposição à cidade, na prática, ainda não está superada.

No século XXI, não mais se concebe falar em sustentabilidade desconsiderando a luta humana diante da modernidade, no ciclo da lógica do capital, de um progresso movido pela produção e consumo, que classifica e cria dicotomias todo o tempo: ricos *versus* pobres; urbano *versus* rural, dentre outras. O eixo, necessariamente, passa a constituir-se nas identidades com suas especificidades pessoais, locais, regionais, nacionais e planetárias.

Nossa visão de educação corrobora a nova perspectiva colocada em pauta hoje, que já concebe as áreas rurais como espaço de vida e resistência, que contempla o *modus vivendi* do homem do campo, um *ethos* engendrado nas relações sociais desse contexto, respeitadas as diferenças regionais e identidades singulares.



### NOTAS EXPLICATIVAS

- 3 "Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com essa classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta." (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>, acessado em 19/10/2012).
- 4 "1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos; 2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas; 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados; 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas." (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>, acessado em 19/10/2012)
- 5 Subáreas: Matemática/Probabilidade e Estatística, Ciência da Computação, Astronomia/Física, Química e Geociências;
- 6 Subáreas: Ciências Biológicas I, Ciências Biológicas II, Ciências Biológicas III e Biodiversidade;
- 7 Subáreas: Engenharia I, Engenharia II, Engenharia III e Engenharia IV;
- 8 Subáreas: Medicina I, Medicina II, Medicina III, Nutrição, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Saúde Coletiva e Educação Física;
- 9 Subáreas: Ciências Agrárias I, Zootecnia/Recursos Pesqueiros, Medicina Veterinária e Ciência de Alimentos;
- 10 Subáreas: Direito, Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Ciências Sociais Aplicadas I e Serviço Social;
- 11 Subáreas: Filosofia/Teologia: subcomissão Filosofia, Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia, Sociologia e Antropologia/Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação e Ciência Política e Relações Internacionais;
- 12 Subáreas: Letras/Linguística e Artes/Música;
- 13 Subáreas: Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais, Biotecnologia e Ciências-Ambientais.



## REFERÊNCIAS

**ATCHOARENA, D.;** GASPERINI, L. Education for rural development: towards new policy responses: a joint study conducted by FAO and UNESCO. *UNESCO International Institute for Educational Planning*, 2003. Disponível em: < [http://www.unesco.org/education/efa/know\\_sharing/flagship\\_initiatives/towards\\_new\\_policy.pdf](http://www.unesco.org/education/efa/know_sharing/flagship_initiatives/towards_new_policy.pdf) >.

**ATCHOARENA, D., et al.** Main findings and implications for policy and donor support. In: ATCHOARENA, D.; GASPERINI, L. *Education for rural development: towards new policy responses*. Roma: UNESCO, 2003.

**ATCHOARENA, D.;** SEDEL, C. Education and rural development: setting the framework. In: ATCHOARENA, D.; GASPERINI, L. *Education for rural development: towards new policy responses*. Roma: UNESCO, 2003.

**BEZERRA, A. A. C.** Impactos das políticas públicas educacionais no contexto da convivência com o semiárido sergipano. In: LOPES, E. S. A. *A aventura do conhecimento e a pesquisa social em Sergipe*. Sergipe: FAPITEC, 2012. p.347-355.

**CAPRA, F.** *A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos*: São Paulo: Cultrix. 2006.

**FREITAS, L. D., et al.** *Carta da transdisciplinaridade: primeiro congresso mundial da transdisciplinaridade*: Portugal: Convento de Arrábida. 1994.

**LAKIN, M.;** GASPERINI, L. Basic education in rural areas: status, issues, and prospects. In: ATCHOARENA, D.; GASPERINI, L. *Education for rural development: towards new policy responses*. Roma: UNESCO, 2003.

**LEFF, E.** *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

**MAGALHÃES, J. P.** *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII – XX)*: Portugal: Educa. 2010.

**MONYO, J. H.;** HERNES, G. Foreword. In: ATCHOARENA, D.; GASPERINI, L. *Education for rural development: towards new policy responses*. Roma: UNESCO, 2003.

**PORTILHO, F.** *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*: São Paulo: Cortez. 2005.

**WEB QUALIS CAPES.** Sobre as áreas de avaliação. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>; <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> >.

**RECEBIDO** em 31/10/2013

**APROVADO** em 14/12/2013